

entrevista da semana

Marília Marton,
secretária de Cultura, Economia e Indústria Criativa

‘Todos nós somos do partido da cultura’



RAIO X

Nome: Marília Marton Correa
Idade: 45 anos
Local de nascimento: São Paulo
Formação: Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Hobby: Trabalhar
Local predileto: Natureza
Livro que recomenda: O Incerto Lugar do Desejo, de Paula Trubasi
Personalidade que marcou sua vida: Jô Soares
Profissão: Secretária na área cultural e criativa
Onde trabalha: Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa do Estado de São Paulo

RENAN SOARES
renansoares@dgabc.com.br

Graduada em Ciências Sociais pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, Marília

Marton acumula experiência na área pública. Em 2011, foi chefe de gabinete em São Paulo e São Caetano do Sul.

Com passagens pelas prefeituras de São Paulo e São Caetano do Sul, Marton completou na última semana 100 dias de seu maior desafio, chefiar a Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa do Estado, onde já havia sido chefe de gabinete em 2011.

Qual a avaliação da secretária neste 1º trimestre de trabalho?

Tínhamos algumas situações que eram emergenciais, como o lançamento dos ProAC Editais (Programa de Ação Cultural), finalizados em 31 de março. Nós, quando chegamos, tínhamos a notícia que a partir do dia 1º de abril ocorreria a mudança na Lei de Licitação, e os editais do Estado de São Paulo são feitos a partir desta norma. No fim, o Congresso Nacional adiou para junho. A segunda grande ação que fizemos partiu de uma reunião híbrida, com todos os secretários, gestores e diretores municipais, para entender o que estava acontecendo e quais os anseios de cada região e cada cidade. Em 31 de março tivemos outro encontro, ou seja, o segundo em 100 dias, com mais de 400 cidades representadas. São reuniões com muita adesão dos municípios, as pautas do último encontro foram as leis de fomento Paulo Gustavo e Aldir Blanc, passamos as orientações do Ministério da Cultura e da secretaria sobre como os processos irão acontecer, porque em algumas modalidades podemos fazer em conjunto (com município), com a união de recursos. Estamos falando que, entre o Estado e município, receberemos em recursos do governo federal algo em torno de R\$ 1,3 bilhão. Essas conversas são bem importantes, pois precisamos ter maturidade para lidar com o recurso.

Houve alguma grande alteração nas ProACs em relação ao último ano?

Ao contrário, apenas tiramos uma parte dos editais que tratavam de possibilidade de (eventos) a distância, porque estamos em um momento de retomada da participação e da presença. Além disso, existia um recurso regionalizado, que era feito a partir de uma lógica do outro governo. Tiramos essa possibilidade e redistribuímos esse dinheiro nos segmentos, e com isso podemos aumentar o número de vencedores, ao mesmo tempo em que mantemos a participação do Interior do Estado com cota mínima de 50%. Metade do dinheiro que será aplicado nos editais é direcionado exclusivamente para o Interior e Litoral.



“Minha função, enquanto secretária de Estado, é estar e ter presença em todos os 645 municípios”

Já foi feita avaliação sobre quais programas da Pasta necessitam de nova elaboração neste governo?

Todos os programas sempre precisam de novas elaborações. A grande coisa da cultura, e a grande vantagem da secretária, é que ela não é estática. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) é extremamente voltado para essas questões da cultura e tem grande esperança que façamos um governo que seja realmente transformador na área. Eu contei para ele nosso desenho estratégico de formação, para podermos avançar. Também levei um pouco das aflições e da percepção do próprio setor em relação à falta de profissionais na área, no setor da indústria cultural, conversamos sobre projetos, e falamos bastante sobre nossas participações internacionais.

Em relação ao governo federal, a secretária já esteve junto à ministra da Cultura, Margaret Menezes?

Já nos encontramos quatro ou cinco vezes. A Margaret é uma mulher incrível, não só pela sua história. Tem uma coisa que define muito a ministra, ela é uma mulher do diálogo, que nunca está fechada a na-

da. O que acho mais importante é essa fala que temos sempre feito, de que todos nós somos do partido da cultura.

O que o artista do Grande ABC pode esperar da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa?

Cidades como Santo André, São Bernardo e São Caetano são locais de onde saem muitos artistas. De forma geral, temos a instalação das próprias Fábricas de Cultura, em São Bernardo e Diadema, com polos que já fazem essa função de formar mais as pessoas para terem acesso a leis de fomento. Sempre aguardamos que a parceria venha, de uma certa forma, das prefeituras. O Estado acaba sendo, nesse aspecto, um pouco mais inativo. Ainda não estive com os secretários regionais, combinamos nesta última reunião de que faremos encontros com os secretários, usando os consórcios como forma de organização, para que assim possamos ter diálogo com todos os municípios. Já conversei com alguns prefeitos locais, como o de Ribeirão Pires, Guto Volpi (PL), que estive aqui conosco. Vamos conversando conforme os prefeitos vão demandando. De certa forma, para os nossos editais, os nossos artistas são todos convidados a participar. Obviamente essa é uma iniciativa do artista, e as prefeituras podem colaborar sempre, com as cartas de anuência com locais à disposição, por exemplo, pois esta é uma das coisas que os artistas precisam apresentar na hora que pedem a autorização ou vêm aqui participar de um edital de fomento.

Na região, temos então uma discussão sobre a organização junto aos consórcios, pois a entidade não engloba todos os municípios do Grande ABC. Como isso afeta?

Neste caso é uma questão regional. Tenho uma questão que é ‘como consigo falar com os 645 municípios?’, e um dos pedidos que me fizeram aqui foi ‘vamos retirar representantes regionais’. Vamos combinar que, em pleno século XXI, não podemos dizer que alguém representa alguém. Com a possibilidade de fazer reuniões híbridas, presenciais e a distância, e com aplicativos de mensagem, não há a

necessidade de representação. Posso falar com 15 secretários regionais ao mesmo tempo, em uma reunião que todos apresentem com certa organização, inclusive porque algumas ações da secretaria são ações regionais por si só. A minha função, enquanto secretária de Estado, é estar e ter presença em todos os 645 municípios. As reuniões serão organizadas a partir dos consórcios, porque a Secretaria entende que as entidades são uma forma de organização regional que aglomera municípios com características parecidas, mas sabemos que existem aqueles que não são ligados. O que pretendemos é chamar as cidades, mesmo elas não estando associadas, como uma forma de organizar essas reuniões olhando para a questão regional.

O Diário fez uma reportagem sobre o projeto Guri, de educação musical. Existem outros programas na região ou possibilidade de expansão dos atuais?

Estamos reformulando o projeto Guri, para podermos, no segundo semestre, lançar uma parceria mais ampliada com as prefeituras. O programa tem uma primeira fase,



“A Secretária de Cultura não precisa ser concorrente, mas necessita somar com os municípios.”

que chamamos de iniciação musical, sendo o momento em que as crianças têm esse primeiro contato com a música e a arte. A ideia é que possamos oferecer aos prefeitos a possibilidade de colocar o Guri dentro das escolas, e com isso ampliar a participação do projeto nos municípios. Isso já acontece em algumas prefeituras do Estado, elas compartilham com a Pasta estadual o custo, o que possibilita estar em ainda mais lugares. O recurso da Secretaria de Estado é finito, então, para haver a ampliação de programas temos de ter parceiros. As Fábricas de Cultura são a mesma coisa, obviamente muitos prefeitos pedem, mas precisamos entender o que é o programa. Ele nasceu para ser implementado em áreas de alta vulnerabilidade juvenil, isso se perdeu um pouco no entendimento dessa análise de instalação. A secretaria pensa hoje em uma nova forma de poder chegar às prefeituras, parecido mais com o que é a vocação local. O que interessa para o Estado é o desenvolvimento da vocação regional. A Fábrica de Cultura tem um modelo fechado, e não necessariamente atende anseios das prefeituras, inclusive, estive com um secretário municipal e ele me disse ‘tenho espaço reservado, mas gostaria de pensar outra coisa, porque ao bater a minha programação vi que seriam concorrentes’. A Secretaria de Cultura não precisa ser concorrente, e sim necessita somar com os municípios.

Existe algum projeto debatido na região?

Os projetos implementados serão no Estado. A nossa ideia, quando digo ‘olhar para a região’, é que se desenhe projetos de formação estruturantes para a cadeia produtiva da indústria cultural, para desenvolver nossa economia criativa a partir de uma estratégia regional. Há sim um projeto já arquitetado pela secretaria, de atuação em formação. Eu não teria ainda o nome. Está sendo gerido a partir de muitos parceiros, de diversas áreas, e provavelmente será lançado no segundo semestre, a partir da publicação da nova proposta de contrato das oficinas culturais do Estado de São Paulo.

Existem vários eventos na

Capital, claro que não são organizados pelo governo estadual, exemplificando aqui com a recente SP-Arte. Existe a possibilidade de ter grandes eventos realocados para o Grande ABC?

Os grandes eventos têm apoio a partir das leis de incentivo, tanto do Estado quanto do governo federal. A SP-Arte, por exemplo, acontece inclusive com patrocínios da Lei Rouanet. Nós, do governo estadual, entramos na SP-Arte a partir de uma proposta de isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). É uma coisa específica, não temos direito específico, temos recursos indiretos. A conversa com os prefeitos, e com os próprios secretários municipais, é: as prefeituras, e além de uma forma regional, precisam procurar parceiros de produção cultural para implementar e utilizar as leis de fomento, com possibilidades de levar grandes eventos para dentro dessas regiões. Santo André, São Bernardo e São Caetano recebem grandes espetáculos, e isso independe tanto da Prefeitura quanto do Estado. Para outras cidades é preciso entender a infraestrutura que elas têm de receber. Não é só o desejo de fazer.

A senhora avalia que a união entre os municípios seria um caminho?

Claro, ela é proposta neste sentido. Isso é fundamental, e é uma discussão madura que o Estado tem que ter com os municípios. Por exemplo, uma cidade que eventualmente não tenha a infraestrutura, pode receber uma feira literária, que por si só tem a característica de ocupação da cidade. Esse olhar territorial é do município, eu confesso que alguns eu conheço, mas não 645 sob o aspecto de infraestrutura.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 4